

O vôo do cara-cará a questão indígena na formação da fronteira oeste

Valmir Batista Corrêa*

Resumo: O presente artigo pretende resgatar a importância estratégica desempenhada pelos Mbayá-Guaikurú, índios originários da região chaquenha, na formação geográfica da fronteira oeste portuguesa, no Novo Mundo, em especial, na região conhecida hoje como o estado de Mato Grosso do Sul. Participantes de um intenso processo migratório nesta região, foram durante longo tempo, através de sua ação guerreira e grande mobilidade, a verdadeira barreira entre portugueses e espanhóis.

Palavras-chave: Fronteira - história - índios.

Abstract: The article in hand intends to redeem the strategic importance held by the Mbayá-Guaikurú, Indians originally from the "chaquenha" region, in the geographical formation of the Portuguese western frontier, in the New World, especially in the region known today as South Mato Grosso. Participants in an intense migratory process in this region, they were, for a long time, with their warlike activity and great mobility, a real barrier between the Portuguese and the Spanish.

Key words: Frontier - history - indians.

* Doutor em História Econômica do Brasil pela USP, professor titular aposentado da UFMS, e atual Coordenador de Integração e Relações Internacionais do Governo de Mato Grosso do Sul.

Os índios de origem chaquenha, conhecidos como Mbayá-Guaikurú¹, adquiriram uma importância capital e estratégica pela sua ação nômade e guerreira na formação geográfica da fronteira oeste portuguesa no Novo Mundo, em especial, da região do hoje Mato Grosso do Sul. A sua presença na região pantaneira, após intenso processo migratório, foi determinante para a formação de uma complexa relação interétnica, que teve como resultante histórico a imposição durante longo tempo de uma barreira lindeira entre portugueses e espanhóis. Orgulhosos de sua atuação guerreira, os Guaikurú explicavam o seu *modus vivendi* através da memória coletiva para justificar as suas origens. De acordo com a própria tradição indígena, a origem dos Mbayá-Guaikurú residia na constatação de sua ausência na terra. Para resolver tal situação, foi escolhido o gavião cara-cará que, ao comer alguns peixinhos, gerou uma ninhada de Guaikurú. Satisfeito com sua criação, ensinou-lhes o manejo das armas, transformando-os em temíveis guerreiros, dando-lhes as condições necessárias para dominarem outras nações indígenas².

Vários autores, em diversas épocas, trataram da mitologia da origem dos Guaikurú. Azara, por exemplo, em fins do século XVIII, relatou uma variante desse mito, porém resgatando com precisão a origem do sentido histórico de sua ação guerreira. Segundo este cronista, Deus criou no princípio numerosas nações, não se contentando em criar apenas um homem e uma mulher, espalhando-os por toda a face da terra. Somente então pensou em criar o Mbayá e sua mulher. Como já não existia terra disponível, chamou o pássaro cara-cará para dizer aos Mbayá que lamentava não poder atribuir-lhes terras, impondo aos seus descendentes o destino de andar errantes sobre o território de outras nações indígenas, guerreando sem descanso, sacrificando seus adversários adultos e preservando mulheres e crianças para aumentar a sua própria população³.

Chamados de Mbayá pelos espanhóis, essa nação ficou definitivamente conhecida por Guaikurú, termo utilizado pelos Guarani e incorporado à língua portuguesa (segundo Carvalho, Guaikurú era o nome dado pelos Guarani a todas as tribos caçadoras e coletoras a oeste do rio Paraguai, generalizando-o para os povos da família lingüística Mbayá⁴).

De acordo com cronistas da época, os primeiros contatos dos Guaikurú com os espanhóis ocorreram com o avanço dos europeus

para a região do Chaco paraguaio, após a fundação de Assunção (1537). Motivado pelo mito da serra de Prata, esse expansionismo assuncenho incorporou terras e população nativa, a exemplo dos Guarani, que se transformaram em importante mão-de-obra para a sobrevivência econômica dos colonos espanhóis. Paralelamente essas ações guerreiras e de apresamento disfarçado, os Guarani também foram alvo da política de aldeamento, tornando-os índios missioneiros das reduções jesuíticas espanholas. Contrapondo-se à prática dos Guarani, submetidos aos espanhóis, a ação dos Mbayá-Guaikurú, seus rivais, concentrou-se na resistência à colonização e à expansão espanhola. A partir dessas relações de tensão e conflito, teve então início uma longa história de rivalidades, inimizades e choques entre a nação Guaikurú e os colonos espanhóis, com repercussões históricas marcantes para o futuro da ocupação portuguesa na região.

Usando o rio Paraguai como caminho móvel, o avanço espanhol nesta etapa assuncenha, que além da região chaquenha também atingiu as franjas pantaneiras, começou a sofrer retração já no final do século XVI, encerrando sua ação nas primeiras décadas do século seguinte. Por outro lado, esse período, que também coincidiu com o domínio da Espanha sobre Portugal e suas colônias (1580-1640), não significou ter contribuído para a minimização, ao menos aparente, das rivalidades entre espanhóis e portugueses pelo controle da região. Nesse sentido, a chamada União Ibérica não impediu, apesar da proibição espanhola, o trânsito nem sempre pacífico de colonos entre as duas regiões coloniais. De fato, desde as primeiras décadas do século XVII, grupos de paulistas começaram a adentrar pelo interior continental em busca de índios aldeados já catequizados e vivendo de atividades produtivas e extrativas orientadas pelos jesuítas, cujo exemplo marcante foi a atuação do bandeirante Antônio Raposo Tavares. Segundo Corrêa Filho, com a massacrante ação dos paulistas, *“apagou-se de Xerez, Itatim e regiões contíguas, entre o Paraná, Paraguai e Apa, qualquer indício de posse espanhola”*⁵. No entanto, a passagem dos bandeirantes por si só não explica o curto ciclo de vida do expansionismo assuncenho. Para Bastos, porém, foi a complexidade do *“próprio sistema colonial espanhol”*⁶ o fator relevante da retração do avanço assuncenho.

Além da proibição de vínculos mercantis interprovinciais (estabelecida pelo sistema de monopólio comercial espanhol), e da implantação de um sistema de utilização de mão-de-obra indígena, contribuiu também para a delimitação do espaço espanhol a migração

de numerosos contingentes indígenas da região do Chaco para a antiga província de Itatim (região do Pantanal). Desse modo, a efetiva presença na região dos Mbayá-Guaikurú constituiu-se uma forte barreira aos interesse espanhóis, dificultando a penetração dos colonos assuncenhos em direção ao norte do vale do Paraguai. Mais do que isso, a região compreendida entre os rios Taquari e Jejuí, a *Terra Mbaiânica*⁷, constituiu-se fator decisivo para a formação territorial da fronteira oeste da colônia portuguesa⁸. A mobilização dos índios chaquenhos para a região dos Pantanaís muito provavelmente teve início em fins do século XVII. No entanto, as primeiras referências escritas sobre a presença efetiva dos Mbayá-Guaikurú na região datam dos anos vinte do século XVIII e são encontradas nos relatos de Antônio Pires de Campos⁹. Ainda segundo Bastos, essa nova configuração da região pela presença e ação guerreira Guaikurú, recompôs o mapa de distribuição da população indígena, transformando-a numa área estratégica para a ocupação de todo o vale do Paraguai pelos súditos portugueses e espanhóis. Não foi sem razão que o quarto capitão-general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789), tenha registrado em ofício a dúvida sobre os reais motivos do abandono da redução jesuítica de Itatim, se teriam sido os ataques dos bandeirantes paulistas ou a ação predatória dos Guaikurú¹⁰. Portanto, é nesta perspectiva histórica que se encerram, em grande parte, as razões da configuração da fronteira e da região do atual estado de Mato Grosso do Sul.

A supremacia dos *novos senhores* dos Pantanaís, instalando um verdadeiro *território tampão* entre as minas de Cuiabá e o pólo irradiador da expansão espanhola que foi Assunção, começou a surgir de maneira clara com o estabelecimento de relações estratégicas com os Guaná, que percorreram a mesma rota migratória do Chaco para a região pantaneira em meados do século XVIII (outras tribos também participaram desse processo, como os Terena, os Layana, os Kinikináo e os Exoalodi). Estabeleceu-se então uma estreita relação de dependência dos Guaná aos Guaikurú. Na prática, os Guaná, suas roças e colheitas ficavam sob a guarda e proteção militar dos índios guerreiros, relação que aos olhos do europeu conquistador, espanhóis e portugueses, aproximavam-se da vassalagem e da servidão.

No entanto, foi com a utilização do cavalo, que os errantes Guaikurú ganharam a mobilidade necessária para dominar outros povos indígenas, controlar a região e estabelecer sua supremacia nesta frente de disputa fronteiriça. Introduzidos pelos espanhóis, o uso de cavalos,

juntamente com bois e ovelhas, também passou a fazer parte do cotidiano dos Guaikurú, incorporando-os ao seu *modus vivendi*, ao mesmo tempo que possibilitava acompanhar o vaivém das águas da grande planície do rio Paraguai. Desse modo, de acordo com Brito, “a domesticação do cavalo permitiu-lhes acompanhar mais facilmente os bandos de cervos, veados, porcos e toda a caça, em seus movimentos migratórios durante os períodos de cheia/vazante do pantanal”¹¹. Por sua vez, Carvalho entende que a introdução do cavalo a partir da região platina, um elemento europeu novo e desconhecido dos indígenas do Novo Mundo, não beneficiou somente o avanço da colonização espanhola, mas, ao contrário, permitiu aos Guaikurú adotá-lo como elemento indispensável à sua sobrevivência e fator de supremacia guerreira que, aliado à sua superioridade numérica e conhecimento da região, contribuiu para o domínio sobre outras tribos na região pantaneira¹² e uma barreira poderosa ao avanço do conquistador europeu.

Um possível confronto com os Guaikurú sempre atemorizou os viajantes que cruzavam os sertões e os pantanais, ficando vulneráveis e sem defesa em campo aberto. Nesses ataques, era comum esses indígenas utilizarem como tática de guerra o *estouro* da cavalhada ou de rebanhos bovinos em direção aos seus inimigos. Como ilustrou Camello:

*“Nesta passagem tem os Guaycurús acommetido por vezes nos seus cavallos a algumas tropas nossas: as que estavam perto do mato facilmente se escaparam retirando-se a elle; mas as que se acharam longe correram grande perigo, e experimentaram algumas mortes. Usa este gentio de lanças e de uns laços de couro muito compridos, com que prendem e laçam em proporcionada distância tudo o que querem: andam sempre em grandes tropas de 500 até 1000, e se é necessario ajuntam-se mais, porque são muitos os reinos, e cada um só por si terá mais de 9000 cavallos”*¹³.

Nas primeiras décadas do século XVIII, não eram somente os índios Guaikurú que aterrorizavam os viajantes em demanda às minas de Cuiabá. Impunham mais terror e medo aos colonos, sertanistas e comerciantes, os ataques e tropelias dos índios Kayapó e Payaguá. Um exemplo disso foi a preferência dos comerciantes em passar suas mercadorias pela região da fazenda Camapuã no período da noite, para evitar o ataque dos Kayapó. Por esta época, também, o sertanista Antônio Pires de Campos informava que as roças plantadas pelos bandeirantes no Anhanduí-Mirim e no Taquari tinham sido abandonadas em decorrência de ataques dos mesmos Kayapó.

Nesses primeiros tempos, de fato, os mais terríveis inimigos dos pioneiros foram também os índios canoieiros Payaguá, que não deram combate direto aos bandeirantes, mas intensificaram mais tarde seus ataques aos comerciantes e escravos das caravanas monçoeiras luso-brasileiras. Durante a guerra Payaguá, uma verdadeira carnificina ocorreu no Pantanal, como atestou Beaurepaire-Rohan, ao registrar no período de 1725 a 1786 dezoito ataques às monções. Os Payaguá do sul (Agacês), por volta de 1714, já mantinham relações de amizade com os espanhóis, estabelecendo-se na região de Tacumbu. Estes índios, segundo informações de Azara¹⁴, consolidaram uma relação pacífica com os espanhóis a partir de 1740. Ao mesmo tempo, aliaram-se aos Guaikurú para praticarem ataques aos viajantes e às frotas monçoeiras. No período em que durou esta frágil aliança, até o ano de 1768 segundo Prado¹⁵, os Guaikurú aprenderam e incorporaram aos seus costumes a utilização da canoa pantaneira de um tronco só. Já os Payaguá do norte (Sariguês) estabeleceram-se na foz do Ipané, no Paraguai, a partir de 1766.

O primeiro ataque dos Payaguá e dos Guaikurú a uma monção, em 1725, demonstrou a extrema habilidade e controle das grandes áreas alagadiças pantaneiras. Desta expedição mercantil, comandada por Diogo de Souza, que contava com mais de 20 canoas excedendo 600 passageiros, só restaram como testemunhas do massacre duas pessoas. Sobre o seu *modus operandi*, Holanda afirmou que os

“(...) índios acometiam ordinariamente de surpresa e sempre com tremenda algazarra, saindo dos sangradouros e ribeirões em pequenas canoas de oito a dez tripulantes, depois de terem vigiado longamente as frotas e medido as próprias possibilidades e as do adversário. (...) Empenhavam-se, durante os combates, em molhar as armas de fogo dos seus inimigos, sabendo que, por essa forma, se livrariam do dano que delas podiam receber”¹⁶.

Outro ataque que provocou grande repercussão em Cuiabá e em outras partes da região, foi a destruição em 1730 da frota do ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto, quando os Payaguá atacaram com quase 80 canoas, deixando um saldo de 400 portugueses mortos, incluindo o próprio ouvidor. Sobre o resultado deste confronto, afirmou Coelho que o *“ouro foi levado com alguns escravos que não morreram para a cidade de Assumpção, com quem aquelle gentio se confederava”¹⁷*. Como represália, várias expedições foram realizadas a partir de Cuiabá para reprimir os indígenas hostis.

Em 1750, pela necessidade de melhor definição dos limites entre os impérios coloniais português e espanhol, foi assinado o Tratado de Madri permitindo um novo direcionamento às formas de ocupação da região. Para o estabelecimento deste tratado, adotou-se o princípio do *uti possidetis*, instrumento jurídico utilizado pela Coroa portuguesa para assegurar suas posses americanas, respeitando as áreas efetivamente ocupadas pelos contendores, independente de possíveis marcos geográficos. Este tratado foi, mais tarde (1777), reafirmado no caso das terras mato-grossenses pelo Tratado de Santo Ildefonso. Assim, o território fronteiriço, outrora área de presença efetiva dos espanhóis e transformado em áreas lindeiras da Coroa portuguesa, concretizou-se mesmo sem uma ação previamente planejada de seus atores, mas através do esforço despendido com sangue e suor de colonos e aventureiros portugueses e de seus até então habituais adversários, os Guaikurú.

Por outro lado, em meados desse mesmo século e em função de um novo arranjo estabelecido entre os interesses metropolitanos portugueses e os espanhóis, os ataques dos Payaguá à gente luso-brasileira já vinham perdendo intensidade, acabando por fixarem-se nos arredores de Assunção. Abrigando-se nos domínios espanhóis, estes indígenas reduziram efetivamente a sua ação guerreira e, já no final do século, *“a principal atividade desses índios era o patrulhamento do rio Paraguai”*¹⁸. Esse vazio deixado pelos Payaguá nessa guerra de resistência foi então ocupado pelos seus ex-parceiros, os senhores do Pantanal, os Guaikurú.

Considerando-se superiores a outros grupos indígenas, os altivos Guaikurú adotaram um singular costume de *controle de natalidade* que, com certeza, teve reflexos no seu contingente populacional. Sobre isso registrou Figueiredo que os Guaikurú *“matavam as crianças disformes, ilegítimas ou gêmeas”*, sendo que *“a mãe não criava mais do que um filho, abortando ou matando ao nascer todos os outros. Geralmente as mulheres só concebiam depois de trinta anos”*¹⁹. Pela necessidade de eliminar obstáculos à vida nômade e guerreira, este infanticídio era compensado pelo seqüestro ou pela incorporação de cativos decorrentes da derrota de tribos inimigas. Segundo Baldus, a *“circunstância de que os Guaikurú nômades, por uma lado, matam os próprios filhos, roubando por outro lado crianças forasteiras, é compreensível considerando-se o fato de serem as crianças roubadas, provavelmente em sua maior parte, já de idade a não mais necessitar cuidado especial,*

não constituindo, por conseguinte, obstáculo nas viagens, e podendo ser empregadas para serviços”²⁰. Já para Prado, a estrutura social dos Guaikurú era dividida em três partes: “a primeira he dos nobres, a que chamão **capitães**, e as mulheres destes **donas**, titulo que também tem as filhas; a outra parte chamão **soldados**, que obedecem de pais a filhos; e a terceira, que he mais considerável, he a dos **cativos**, que assim chamão a todos aquelles que apanhão na guerra, e a seus descendentes, aos quaes tratão com muito amor, sem os obrigar a fazer trabalho algum. Há, porém, a circumstancia de reputar-se vileza casar com escravo, a ponto de que o filho despreza a mãe que casou com escravo”²¹.

Em manuscritos referentes ao governo de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres apareceram inúmeras solicitações de moradores para a repressão aos ataques indígenas, também fascinados e intrigados com as armas e adornos de prata e estanho desses índios hostis. O uso da prata pelos indígenas era entendido como a confirmação de suas relações e contatos com os inimigos castelhanos, pois, “fugindo pello rio abaycho achão azillo nos dominios de Espanha”²². Essas notícias alarmistas eram confirmadas por outros informes, como no caso do sertanista João Leme do Prado, registrando a presença de índios que “nos trajes, alguns ornatos de prata, rozarios, missangas e instrumentos de ferro bem trabalhados mostravão ter comunicação com os espanhoes”²³. No entanto, a existência clara do intercâmbio pacífico (ou não) entre povos indígenas e súditos europeus demonstrava, por sua vez, que esses contatos nem sempre assumiram suas formas mais violentas, havendo momentos de negociação e até mesmo de cooptação. As relações com os espanhóis, entretanto, nem sempre foram bem resolvidas, pois os Guaikurú os fustigaram sistematicamente, a ponto de chegarem os espanhóis a propor a Luiz de Albuquerque uma união para reprimir o inimigo comum.

Foi neste quadro do último quartel do século XVIII que se deu a transferência da importância estratégica da fronteira norte para a região sul da Capitania de Mato Grosso. Esta nova configuração foi provocada, em primeiro lugar, pela disputa entre portugueses e castelhanos no afã de ocupar e incorporar espaços a partir do princípio do *uti possidetis* e, em segundo lugar, pelo fato das regiões coloniais espanholas de Moxos e Chiquitos, em franca decadência, não mais representarem um risco iminente aos interesses coloniais da Coroa portuguesa. Assim, com o objetivo de firmar os limites da Colônia na

região sul da Capitania contra as pretensões espanholas e ainda para conter as *correrias* indígenas, além de controlar a navegação do rio Paraguai, o capitão-general Luiz de Albuquerque estabeleceu as fundações do Forte de Coimbra (1775), da fazenda pública de Albuquerque e da povoação de Albuquerque, depois Corumbá (1778).

No entanto, desde o seu início quando foi construído com precárias estacas²⁴, o Forte de Coimbra viveu praticamente sitiado pelos Guaikurú. Os soldados eram impedidos de ultrapassar os frágeis limites da fortificação para abastecimento com a caça, a pesca e a coleta de lenha, saindo apenas em grupos fortemente armados. Mesmo assim, a superioridade numérica indígena tornava esses cuidados ineficazes. O exemplo disso foi o massacre da guarnição do forte no início de 1778. Trazendo peles, objetos e animais para trocar e usando suas mulheres como um atrativo para romper a desconfiança dos soldados, os Guaikurú conseguiram atrair os soldados para fora do forte, onde 54 deles foram mortos.

Mesmo sob constantes ataques indígenas, tanto castelhanos quanto portugueses fizeram tentativas de aproximação para garantir a posse das terras limítrofes. Nesta disputa, a vantagem tendeu para os portugueses, pois

“(...) o ódio dos Mbayá aos espanhóis era mais forte do que a inimizade com os portugueses. A memória de muitas traições [dos espanhóis] e o avanço castelhano pelo alto Paraguai fizeram com que, ameaçados tanto pelos espanhóis quanto pelos portugueses, se decidissem por pedir paz a estes últimos”²⁵.

O respeito e o reconhecimento pelas autoridades portuguesas do poder de ação dos Guaikurú podem ser dimensionados pela aliança firmada em 1791 entre os caciques Guaikurú João Queima de Albuquerque (Queima) e Paulo Joaquim José Ferreira (Emavidi Xané) e as autoridades da Capitania de Mato Grosso, tendo por intérprete uma ex-escrava, negra fugida, que convivia com os indígenas. Os caciques rumaram do Forte de Coimbra para Cuiabá e depois para sede da Capitania, Vila Bela, onde celebraram a paz na presença do sertanista e naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e do capitão-general João de Albuquerque (recebendo uma Carta-Patente), reconhecidos então como súditos da Coroa portuguesa. As relações de amizade ampliaram-se até 1797, quando se tornou freqüente a ida de caciques Guaikurú a Vila Bela para formalizar outras alianças.

Porém, este tratado e as relações de amizade daí decorrentes, não motivaram um rompimento formal com os espanhóis (apesar de constantes ataques e saques às fazendas castelhanas), como foi comprovado pela presença posterior de João Queima e outros caciques no Forte de Bourbon e em Assunção.

Em 1796, após ataques às estâncias no sul do Apa, onde roubaram bois e cavalos, os Guaikurú sofreram intensas represálias dos espanhóis, levando à morte quase trezentos índios, entre eles doze caciques, incluindo João Queima. De fato, a inexistência da idéia de propriedade privada e até mesmo a recusa em reconhecer os domínios conquistados pelos europeus, aliada à ausência *“de campos cercados (...) confundiam por completo a população indígena que de forma alguma podia identificar como sendo crime o uso do rebanho que existia e que passou a ser considerado pelo espanhol como exclusivamente seu”*²⁶.

Em 1800, a política de aproximação dos portugueses com as comunidades indígenas de Mato Grosso passou por uma nova orientação, através da solicitação da Metrópole aos seus representantes de estudos sobre a conveniência do estabelecimento de aldeamentos, catequese e uma política de casamentos entre portugueses e indígenas em torno dos fortes de Coimbra e de Miranda. Apesar do interesse metropolitano de manter uma aproximação pacífica com as tribos pantaneiras, os Guaikurú continuaram ainda a inspirar desconfiança e preocupação, uma vez que, em muitos casos, mantiveram-se arredios a essa política de aproximação. Respondendo a estas indagações, Francisco Rodrigues do Prado sugeriu que a área mais apropriada para aldeamento fosse o presídio de Miranda, onde estavam estabelecidos os Terena. Ricardo Franco de Almeida Serra, por sua vez, não via conveniência no aldeamento dos Guaikurú, mas defendia uma maior aproximação e manutenção dessa amizade, estimulando-os a estabelecerem uma vida sedentária, plantando milho e feijão e criando porcos para serem trocados por ferramentas, baetas, panos brancos, rapaduras e aguardente²⁷. As autoridades coloniais em Mato Grosso estavam cientes da importância dos agrupamentos indígenas como aliados no projeto de colonização dessa fronteira, não apenas pelo seu numeroso contingente populacional, que era um forte argumento contrário ao *vazio* desses limites (vistos como *terra de ninguém*), como pela necessidade de ter nas aldeias uma fonte regular de abastecimento da Capitania.

Com relação aos casamentos entre súditos portugueses e índios

Guaikurú, também proposta da Coroa portuguesa, Ricardo Franco demonstrou especial interesse no comportamento dos indígenas deixando registro e revelando que “todos queriam mulher portuguesa; mas a condição de as não poderem largar até á morte, lhes pareceu inadmissivel, assim como não precisa e indispensavel, a de se baptisarem para poderem contrahir aquelles casamentos”²⁸. Ainda sobre os Guaikurú, enumerou uma série de vantagens na manutenção desta amizade com os indígenas, entre elas:

“2º – É poupar a fronteira portugueza os estragos que todos os annos quando inimigos nos causavam os Uaicurús, por toda a extensão dos rios Paraguay, Cuiabá e Jaurú, e mesmo sobre os mais avançados estabelecimentos extremos, por isso mais debeis e faceis. 3º – Não só a tranquillidade com que se faz a navegação d’estes rios; mas em que se acha Coimbra com real utilidade e a conservação de Miranda, e povoação e Albuquerque (...). 9º – Pela mesma razão, os Hespanhóes no caso de guerra pela sua copiosa quantidade de cavalgadas, nos podem fazer a guerra vantajosamente: por Miranda sempre, e no tempo da secca por Coimbra; e sem este auxilio os Portuguezes fechados no recinto destes dois presidios, sem mudas avançadas, sem poderem fazer diversões, defender as suas roças, explorar o paiz inimigo, e po-lo tendo nas cavalgadas em espectação, ficarão sem este auxilio digo reduzido a uma força defensiva”²⁹.

Por outro lado, as questões políticas européias relativas às disputas de limites coloniais, envolvendo interesses conflitantes entre Portugal e Espanha, refletiram na região com o ataque frustrado do governador do Paraguai, Lázaro de Ribera, ao Forte de Coimbra em 1801. Mais uma vez, Guaikurú e Payaguá estiveram em campos opostos, pois, enquanto a guarnição do forte era avisada pelos primeiros da vinda de uma expedição invasora, os Payaguá colocaram-se a serviço dos castelhanos. Como represália, com Francisco Rodrigues do Prado, então comandante do presídio de Miranda, soldados e 300 índios Guaikurú atacaram e destruíram o forte espanhol de S. José, episódio que encerrou essa longa etapa de conflitos colonialistas na região.

Quanto aos espanhóis, continuaram a sofrer ataques indígenas, como ocorreu em 1812 com a ocupação pelos Guaikurú e Guaná do Forte de Bourbon (que com a independência do Paraguai passou a chamar-se Forte Olimpo), provocando a expulsão de toda sua guarnição. Contudo, em algumas semanas, entregaram espontaneamente o forte castelhano aos soldados de Coimbra, que o devolveram aos

seus antigos donos.

Mais tarde, entre fins de 1826 e metade de 1827, grupos de Guaná romperam os elos que tradicionalmente os ligavam aos Guaikurú e uniram-se aos soldados brasileiros. A aliança Guaikurú-Guaná até então tinha sido um importante fator estratégico para a garantia do poderio Guaikurú na região pantaneira. Esse novo ordenamento nas relações interétnicas na fronteira oeste acabou por atender aos interesses dos portugueses em busca do seu estabelecimento hegemônico na região. E, em resposta a este novo arranjo, os Guaikurú, que viviam nos arredores da Missão de Albuquerque dos padres capuchinhos e dos fortes de Coimbra e de Miranda, romperam suas relações de amizade com ataques aos mesmos fortes e outras localidades coloniais. Nesse levante indígena, no qual cinco tribos reuniram aproximadamente 600 guerreiros, os ataques mobilizaram quase todos os cavalos disponíveis (aliás, fator vital para a sobrevivência dos índios Guaikurú), impossibilitando de imediato a contra-ofensiva dos soldados da região. Apesar desta imediata vitória da frente indígena, que deixou profundas cicatrizes no relacionamento com os representantes do recente Império brasileiro, é previsível supor a existência em franco desenvolvimento de uma crise de hegemonia militar e política dos Guaikurú. É provável que, segundo Vangelista, houvesse também na região uma grande carestia de alimentos, pois os Kadiwéu, também do grupo Mbayá-Guaikurú e participantes do levante, mataram todo o gado encontrado e intensificaram seus ataques às fazendas, como no caso de Camapuã³⁰. Esta carestia e falta de carne para o consumo local devem ter reforçado a aproximação dos Guaná aos soldados dos fortes brasileiros, já que os Guaikurú já não mais conseguiam suprir as suas necessidades de alimentação. Em contrapartida, esses ataques geraram fortes represálias por parte das forças militares da fronteira, o que, de certa forma, *aquietou* os Guaikurú, pois em 1836, segundo registro do sertanista Joaquim Francisco Lopes, passaram a viver aldeados com lavouras nos arredores do forte de Miranda, juntamente com os Guaná e os Guaxi³¹. Sobre esse período, afirmou Bertelli que o roubo de cavalos pelos Guaikurú contribuiu para a disseminação na província de Mato Grosso do *mal-de-cadeiras* (Trypanosomiose equina), já que os cavalos roubados da fazenda Camapuã estavam contaminados³².

Em meados deste século, no entanto, estavam reduzidos os espaços outrora dominados por grupos indígenas capitaneados pelos

Guaikurú, que ora se mantinham arredios e afastados das propriedades rurais, ora continuavam a viver em aldeamentos, absorvendo novos costumes e tornando-se mão-de-obra disponível a ser incorporada nas *lides* das fazendas. Estava então superada a etapa heróica dos embates indígenas com os invasores espanhóis e luso-brasileiros na fase colonial e com os brasileiros nas primeiras décadas do Império. Mesmo sofrendo um corte profundo e irreversível nesse processo histórico com o trágico envolvimento da região na guerra com o Paraguai, nos anos subsequentes já estava consolidada de forma definitiva a presença institucional do Império brasileiro nesta fronteira oeste, como herança resultante do esforço ingente dos representantes da Coroa portuguesa. Estavam, portanto, delimitados os quadrantes sul e oeste da Província de Mato Grosso, base territorial do atual do estado de Mato Grosso do Sul.

Notas

¹ Devo alertar que excetuando as citações, em todas as nomenclaturas referentes às tribos indígenas, foram seguidas as orientações da Associação Brasileira de Antropologia-ABA.

² Cf. BERTELLI, Antônio de Pádua. *Os fatos e os acontecimentos com a poderosa e soberana Nação dos Índios Cavaleiros Guaycurús no Pantanal do Mato Grosso, entre os anos 1526 até o ano de 1986*. São Paulo: Uyra, 1987. p. 19-20. Bertelli afirma também que o Cara-Cará referido acima não é a mesma ave que hoje tem esse nome.

³ Cf. AZARA, Felix de. *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Espasa-Calpe, 1934. p. 67.

⁴ CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” e o sul-mato-grossense, in: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Fapesp, SMC, 1992. p. 467.

⁵ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 151.

⁶ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. A terra mbaianica. *I Simpósio Estadual de Pesquisa Histórica*. Cuiabá, abr. 1973, mimeo. p. I.

⁷ De acordo com Bastos, a “designação ‘Terra Mbaianica’ dada ao território delimitado aproximadamente pelo polígono que tem por base, isto é, por lados a serra de Maracaju, os rios Paraguai, Jejui e Mboteteu aparece em vários documentos do século XVIII”. BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Op. cit.*, p. IV/V.

⁸ Incorporo nesta reflexão a posição conceitual do prof. Dr. Uacury Ribeiro de Assis Bastos, um dos mais importantes pesquisadores sobre a temática “Guaikurú”, de cuja pesquisa documental resultou a tese de doutoramento *Expansão territorial do Brasil Colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. Boletim n. 4. Departamento de História n. 3. Curso de História da América Colonial n. 1. São Paulo: USP, 1978.

⁹ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão... do gentio barbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo. *Revista Trimensal do Instituto Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 441.

- ¹⁰ Documento citado por BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão...*, *op. cit.*, p.129.
- ¹¹ BRITO, Silvia Helena Andrade de. *A questão indígena nos marcos da sociedade capitalista hoje: uma análise sobre os grupos Kadiwéu, Kaiowá-Guarani e Terena de Mato Grosso do Sul*. Corumbá, nov. de 1994, dat., p. 2.
- ¹² CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. *Op. cit.*, p. 462.
- ¹³ CAMELLO, João Antônio Cabral. *Noticias praticas das minas do Cuiabá...* Cuiabá: UFMT, 1975, p. 10. Debret, que não teve contato direto com os Guaikurú, talvez baseado em informações de sertanistas e através do olhar idealizado de europeu, deixou uma famosa gravura contendo um guerreiro Guaikurú na posição descrita acima.
- ¹⁴ Cf. AZARA, Felix de. *Descripcion y historia del Paraguay e del Rio de la Plata*. Madrid, 1847.
- ¹⁵ PRADO, Francisco Rodrigues. Historia dos índios cavalleiros ou da nação Guaycuru. Escripta do real presidio de Coimbra por..., in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Tomo 1o, abr. 1839. Rio de Janeiro: Typ. Ass. do Despertador, 1839.
- ¹⁶ HOLANDA, Sergio Buarque. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945. p. 181.
- ¹⁷ COELHO, Felipe José Nogueira. Memorias chronologicas da Capitania de Mato-Grosso..., in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. N. 18, 2o semestre de 1850. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1850. p. 147.
- ¹⁸ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão...*, *op. cit.*, p. 31.
- ¹⁹ FIGUEIREDO, Lima. *Índios do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1949. p. 75.
- ²⁰ BALDUS, Herbert. Introdução, in: BOGGIANI, Guido. *Os caduveos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 23.
- ²¹ PRADO, Francisco Rodrigues. *Op. cit.*, p. 22.
- ²² Apud FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. p. 140.
- ²³ Idem, p. 141.
- ²⁴ Somente em fins de 1797 foram construídas muralhas de alvenaria.
- ²⁵ CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. *Op. cit.*, p. 467.
- ²⁶ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *A terra...*, *op. cit.*, p. XV.
- ²⁷ SERRA, Ricardo F. de Almeida. Continuação do parecer sobre os índios Uaicurús e guanás, etc. ... *Revista Trimensal da Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmart, 1850. p. 349.
- ²⁸ Idem, p. 349.
- ²⁹ Idem, 391/3.
- ³⁰ Cf. VANGELISTA, Chiara. Los Guaykurús, españoles y portugueses em uma región de frontera: Mato, 1770-1830. In: *Boletin del Instituto de Historia Argentina y America "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera serie, num. 8, 2do semestre de 1993, p.70.
- ³¹ Cf. LOPES, Joaquim Francisco. A bandeira de..., 1829-1839. In: *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*. V. III. São Paulo: Typ. do Globo, 1943. p. 91.
- ³² Cf. BERTELLI, Antônio de Pádua. *Op. cit.*, p. 151.